

JUSTIÇA FEDERAL EM SERGIPE

04ª VARA - ARACAJU-SE

EDITAL Nº 22/2023

(gestora do leilão unificado)

EDITAL
LEILÃO UNIFICADO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
PRAÇA Nº 22/2023

A Dr.^a TELMA MARIA SANTOS MACHADO, Juíza Federal da 1ª Vara; o Dr. EDMILSON DA SILVA PIMENTA, Juiz Federal da 3ª Vara; o Dr. MARCOS ANTONIO GARAPA DE CARVALHO, Juiz Federal respondendo pela 4ª Vara (Ato 404/2023 - CR); o Dr. FÁBIO CORDEIRO DE LIMA, Juiz Federal da 6ª Vara; o Dr. JAILSOM LEANDRO DE SOUSA, Juiz Federal da 8ª Vara; no uso de suas atribuições legais, etc.

Fazem saber a quantos o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiverem que estas Varas Federais levarão à alienação em arrematação pública, nas datas, local e sob as condições adiante descritas os bens penhorados nos autos das ações a seguir relacionadas.

1. DATAS

1.º Leilão: Dia 18/07/2023, às 10h, pelo maior lance, observados os critérios definidos por cada unidade jurisdicional nos anexos deste edital em relação aos respectivos lotes.

2.º Leilão: Dia 25/07/2023, às 10h, pelo maior lance, observados os critérios definidos por cada unidade jurisdicional nos anexos deste edital em relação aos respectivos lotes.

2. LOCAL DAS PRAÇAS/MODALIDADE DO LEILÃO

2.1. A realização do leilão será feita na modalidade **exclusivamente eletrônica** (CPC, art. 879, II e art. 882, §§ 1º e 2º), a ser hospedado em sítio eletrônico de responsabilidade do leiloeiro adiante designado, sob o endereço virtual apontado no item 3.

2.2. Havendo necessidade de retorno à modalidade presencial, será ela objeto de Edital de caráter aditivo ao presente, a ser publicado em até 05 (cinco) dias antes da data de realização do leilão (CPC, art. 887, § 1º) e tomará como local o AUDITÓRIO DO PRÉDIO SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL - Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, n.º 1.500, Capucho - Centro Administrativo Augusto Franco - Aracaju/SE.

2.3. Além da publicação nos meios físicos previstos em lei, este Edital e, em havendo, seu aditivo serão publicados no sítio eletrônico da Justiça Federal - Seção Judiciária de Sergipe (www.jfse.jus.br) e no sítio eletrônico de responsabilidade do leiloeiro designado e expresso no item 3.

2.4. OBSERVAÇÕES.

2.4.1. Os bens serão apreçados pelo leiloeiro oficial designado pelo Juízo da 4ª Vara Federal, observada a **sistemática de hastas públicas virtuais, prevista na Resolução nº 92, de 18 de dezembro de 2009, do egrégio Conselho da Justiça Federal.**

2.4.2. Em havendo a modalidade presencial, os lances daqueles que optarem por tal modalidade deverão ser formulados mediante comparecimento ao local indicado, no qual serão apreçados os bens pelo leiloeiro.

2.4.3. Correrá, por conta e risco do(a) interessado(a), a participação no certame na modalidade de hastas públicas virtuais. Eventuais dificuldades ou problemas de ordem técnica referentes ao **sistema de transmissão eletrônica** que, a qualquer momento do certame, afetem a participação em tal modalidade, não ensejará oportunidade para impugnação, recurso, reclamação ou pedido de desfazimento ou repetição da hasta, assumindo o interessado direitos e obrigações apenas e exclusivamente pelas ofertas efetivamente recebidas pelo leiloeiro.

2.4.4. A 4ª Vara Federal desta Seção Judiciária do Estado de Sergipe está situada na Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, n.º 1.500, 2º Andar, Capucho - Centro Administrativo Augusto Franco - Aracaju/SE. Conforme Portaria 24/2023 (Direção do Foro da Seção Judiciária de Sergipe), o atendimento às partes, advogados, procuradores e demais interessados será realizado pelo “BALCÃO VIRTUAL”, disponível no site www.jfse.jus.br ou e-mail (vara4.atendimento@jfse.jus.br), das 8h às 17h, nos dias úteis. Para **atendimento presencial e por telefone (79-3216-2200)**, o horário vigente vai de 8h às 13h, nos dias úteis.

2.4.5. Solicitações e requerimentos que tratam especificamente dos bens submetidos a leilão devem ser formulados perante a unidade responsável pela oferta do lote correspondente, consoante canais divulgados no site www.jfse.jus.br.

2.5. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO NA MODALIDADE ELETRÔNICA, DA IMPLANTAÇÃO E DA OPERACIONALIZAÇÃO:

2.5.1. A modalidade *online* do leilão deverá ser fielmente realizada em consonância com o que prescreve a Resolução nº 92, de 18/12/2009, do egrégio Conselho da Justiça Federal, seja por este(s) Juízo(s) Federal(is), seja pelo(s) leiloeiro(s) público(s) e demais usuários do sistema de leilões *online*.

2.5.2. O leiloeiro público oficial, até o dia anterior ao leilão, estará à disposição dos interessados para auxiliar no esclarecimento de quaisquer dúvidas sobre o funcionamento do leilão *online*, podendo ser contatado conforme disponibilizado no item 3 deste Edital.

2.5.3. O interessado em participar do leilão via internet **deverá cadastrar-se gratuitamente com antecedência mínima de 72 horas da data do evento**, ficando o interessado responsável civil e criminalmente pelas informações fornecidas quando de seu cadastro, a ser integralmente preenchido de acordo com as normas previstas

neste Edital e no Termo de Compromisso presente no sítio eletrônico.

2.5.4. Para o cadastramento, será obrigatório comprovar capacidade civil e ausência de impedimento nos termos dos itens 7 e 8 deste Edital, informando os respectivos dados, e a certificação digital do interessado em participar do leilão ou a apresentação da cópia autenticada dos documentos a seguir enumerados:

i) se pessoa física: a) Carteira de Identidade (RG) ou documento equivalente (documento de identidade expedido por entidades de classe, tais como OAB, CREA, CRM e outras, ou pelas Forças Armadas do Brasil); b) Cadastro de Pessoa Física (CPF); c) RG ou documento equivalente e nome e CPF do cônjuge, se for o caso; d) comprovante de residência em nome do arrematante (conta de água, luz ou telefone); e) e-mail.

ii) se pessoa jurídica: a) comprovante de inscrição e de situação cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); b) contrato social, até a última alteração, ou Declaração de Firma Individual; c) Carteira de Identidade (RG) ou documento equivalente (documento de identidade expedido por entidades de classe, tais como OAB, CREA e CRM, ou pelas Forças Armadas do Brasil) e Cadastro de Pessoa Física (CPF) do representante legal ou do preposto da pessoa jurídica; d) e-mail.

iii) os documentos que instruem o cadastro deverão ser apresentados posteriormente pelo leiloeiro à Secretaria responsável pelos processos.

2.5.5 A aprovação do cadastro, condicionada à deliberação do Juízo da 4ª Vara Federal, será confirmada por e-mail, utilizando-se única e exclusivamente o endereço informado pelo usuário.

2.5.6. O interessado assumirá integralmente os direitos e obrigações realizados com seu identificador/senha de acesso *online*, ficando inteiramente responsável por impedir que terceiros tenham acesso e/ou façam uso indevido de tais dados.

2.5.7. No caso de uso não autorizado de sua senha, o interessado assumirá direitos e obrigações decorrentes de tal ato até o momento em que comunicar tal fato, por escrito, ao leiloeiro, considerando-se ocorrida tal comunicação quando de seu efetivo recebimento pelo destinatário.

2.5.8. O usuário cadastrado, todas as vezes que quiser participar do leilão *online* e efetuar seus lances, deverá ler com atenção e aceitar o Contrato de Adesão de Usuários para Acesso ao Leilão Online, constante do sítio eletrônico do leiloeiro público oficial.

2.5.9. Os demais procedimentos a serem adotados durante e após o leilão *online* e que não estejam devidamente expressos no presente Edital, deverão seguir rigorosamente o que estabelece os Capítulos II e III da Resolução nº 92/2009, do Conselho da Justiça Federal, inclusive no que diz respeito às penalidades, itens de segurança, dúvidas dos usuários e demais obrigações dos arrematantes e do leiloeiro público oficial, constantes dos Capítulos IV a VI do aludido ato normativo, aplicando-se, ainda, no

que couber, as suas disposições finais.

3. LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

Valério César de Azevedo Déda, Jucese 007/2008 - Endereço: Av. Gentil Tavares, n. 785, bairro Getúlio Vargas, Aracaju/SE, CEP 49.061-020, Telefone (79) 3211-6418, (79) 99836-5206, (79) 99984-0984.

E-mail: contato@lancese.com.br

Sítio/Hospedagem do leilão eletrônico: www.lancese.com.br

4. DOS BENS

4.1. Os que constam **a partir do anexo II** deste Edital, publicado no órgão oficial, disponível no endereço eletrônico www.jfse.jus.br e na Secretaria da 4.^a Vara Federal desta Seção Judiciária do Estado de Sergipe.

4.2. A arrematação de qualquer bem implica, quanto ao arrematante, reconhecimento irretratável de sua real correta identificação, características, localização e estado de conservação em que se encontrarem ao tempo de sua entrega/imissão em favor do arrematante, **não cabendo à Justiça Federal ou ao Leiloeiro quaisquer responsabilidades quanto a (i) providências demarcatórias ou (ii) atinentes a retificações de registros imobiliários que decorram ou não de discrepâncias entre a área registrada do imóvel e a aquela que resultar de posterior medição; (iii) remoção de eventuais ocupantes, no contexto dos itens imediatamente anteriores; (iv) despesas de guarda/depósito e/ou transporte; (v) consertos ou reparos de qualquer natureza, quer se trate de vício oculto ou não.**

4.3. A descrição individualizada dos bens por lote encontra-se em Anexos do presente Edital, separados de acordo com a unidade jurisdicional.

5. VISITAÇÃO AOS BENS

5.1. Os interessados, antes das datas designadas para o leilão, poderão, sem intervenção deste Juízo, visitar os bens nos locais em que se encontrarem, de segunda a sexta-feira, de 9h às 17h, e no sábado, de 9h às 12h.

5.2. O acompanhamento por Oficial de Justiça depende de prévia e formal solicitação a ser requerida junto à respectiva Secretaria da Vara Federal responsável pelo lote, ficando seu atendimento condicionado ao juízo de oportunidade e conveniência da Justiça Federal.

6. DÍVIDAS RELACIONADAS AOS BENS E PRAZOS DE TRANSFERÊNCIA

6.1. A arrematação dos bens ofertados nos anexos deste Edital, salvo específica disposição no lote em sentido diverso, ensejará aquisição livre de anteriores dívidas relacionadas aos bens, observados os arts. 908, § 1º, CPC e 130, Parágrafo único, CTN, e em particular o abaixo disposto:

6.1.1. Tratando-se de veículos automotores ou similares, os arrematantes não arcarão com débitos de IPVA, seguro obrigatório, taxas de licenciamento, multas pendentes e eventuais outros débitos, desde que anteriores à data de expedição do auto de arrematação. Arcarão, todavia, com os custos administrativos regulares estabelecidos pelos órgãos competentes (como vistoria e da taxa de transferência, por exemplo) para a formalização da transferência de propriedade.

6.1.2. Tratando-se de imóveis, não arcarão os arrematantes quanto ao pagamento de débitos referentes a IPTU, FORO e LAUDÊMIO, TAXAS (tributárias, pela prestação de serviços públicos ou poder de polícia) ou CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA cujos fatos geradores sejam integralmente anteriores à data de expedição do auto de arrematação. Obrigações de natureza privada (taxas condominiais, pagamentos devidos a concessionárias de distribuição de água e/ou energia elétrica, etc) não se compreendem na isenção de que trata a presente norma e devem ser solucionadas diretamente pelo arrematante junto aos interessados e sem qualquer intervenção do Juízo Federal responsável pela oferta lote.

6.1.3. Tratando-se de imóveis, arcarão os arrematantes com os custos de transferência de propriedade.

6.2. O arrematante efetuará, junto ao órgão/serviço competente, a devida solicitação de transferência de propriedade do bem no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de disponibilização em seu favor da Carta de Arrematação/Mandado de Entrega.

6.3. Cabe ao interessado na arrematação verificar a existência de débitos ou ônus de natureza diversa (tais como taxas condominiais, pagamentos devidos a concessionárias de distribuição de água e/ou energia elétrica, etc.) que recaiam sobre o bem, preexistentes ou não, ficando desde já ciente que deverá promover pelos próprios meios as medidas necessárias ao pagamento/regularização.

7. DOS QUE PODEM OFERECER LANÇO PARA ARREMATAR

7.1. Podem oferecer lanço todas as pessoas físicas que estiverem na livre administração de seus bens e todas as pessoas jurídicas regularmente constituídas.

7.2. A identificação das pessoas físicas será feita através de documento oficial de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF).

7.3. As pessoas jurídicas serão representadas por seus responsáveis legais, devendo ser apresentado comprovante de Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) e cópia dos atos estatutários atualizados.

7.4. Os interessados poderão ser representados por procurador com poderes específicos, munido da devida identificação do outorgante.

7.5. Os arrematantes deverão fornecer ao leiloeiro, no dia do leilão, cópia do RG, CPF, bem

como do comprovante de residência, e no caso de pessoa jurídica o CNPJ e contrato social integral e atualizado.

8. DOS QUE NÃO PODEM OFERECER LANÇO

8.1. Os tutores, curadores, testamenteiros, administradores ou liquidantes, quanto aos bens confiados à sua guarda e à sua responsabilidade;

8.2. Os mandatários, quanto aos bens de cuja administração ou alienação estejam encarregados;

8.3. O juiz, o membro do Ministério Público e da Defensoria Pública, o escrivão, o chefe de secretaria e os demais servidores e auxiliares da justiça, em relação aos bens e direitos objeto de alienação na localidade onde servirem ou a que se estender a sua autoridade;

8.4. Os servidores públicos em geral, quanto aos bens ou aos direitos da pessoa jurídica a que servirem ou que estejam sob sua administração direta ou indireta;

8.5. Os leiloeiros e seus prepostos, quanto aos bens de cuja venda estejam encarregados;

8.6. Os advogados de qualquer das partes;

8.7. Aqueles cuja participação tenha sido vedada por decisão judicial apta a produzir efeitos.

9. DA ARREMATAÇÃO E SEU PAGAMENTO

9.1. Respeitado o preço mínimo de arrematação especificado em cada lote, será considerada vencedora a proposta de maior valor, respeitados os §§ 2º e 3º, do art. 892; art. 893 e §§ 7º e 8º do art. 895, do CPC.

9.2. Quando um determinado lote não receber lance durante a realização do leilão e antes do seu encerramento, o leiloeiro está autorizado a recolocá-lo em disputa, caso haja manifestação de interessado presencial e/ou via *online*, podendo participar todos os usuários cadastrados.

9.3. Se porventura ocorra a desistência do lote arrematado até o encerramento do leilão, será o bem ofertado ao interessado que apresentou o segundo maior lance, adotando-se tal valor para efeito de arrematação.

9.4. Salvo autorização expressa de parcelamento, o valor da arrematação será pago à vista, pela melhor oferta, mediante depósito em dinheiro na Caixa Econômica Federal, PAB/JUSTIÇA FEDERAL ARACAJU/SE (agência n.º 0654-8), **mediante guia(s) bancária(s) e no prazo de até 03 (três) dias úteis seguintes ao da hasta**, de forma a compreender i. o valor da arrematação; ii. comissão do leiloeiro (art. 23, § 2.º, Lei n.º 6.830/1980), no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação; iii. custas judiciais, no patamar 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da arrematação, mas limitadas ao mínimo de R\$ 10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos) e ao máximo de R\$ 1.915,38 (mil novecentos e quinze reais e trinta e oito centavos).

9.5. O arrematante é integralmente responsável pelo correto preenchimento e recolhimento das referidas guias. Sem prejuízo disso, poderá buscar auxílio do leiloeiro para a realização de tal procedimento, o que fica desde já autorizado.

9.6. Se a referida agência bancária, por qualquer motivo, não estiver em funcionamento no dia da hasta pública, o arrematante terá prazo de até 72 (setenta e duas) horas após retorno do funcionamento para comprovar o pagamento integral do lance ofertado, nos termos previstos no presente edital.

9.7. Se o arrematante ou seu fiador não pagar o preço no prazo estabelecido, incorrerá nas sanções previstas no art. 897 do vigente CPC, quais sejam: (i) perda da caução, acrescida da comissão do leiloeiro; (ii) inabilitação para participar do novo leilão referente aos mesmos bens.

9.8. Nos casos em que for autorizado o parcelamento da arrematação, devem ser observadas as condições constantes do item 11 deste edital.

9.9. A desistência da arrematação ou inconformismo posterior só serão examinados nas hipóteses previstas neste edital e na lei processual.

9.10. A arrematação de imóvel pertencente a incapaz observará o art. 896 e parágrafos, do Código de Processo Civil.

10. ACRÉSCIMOS AO VALOR DO LANÇO

10.1. São acrescidos ao valor do lanço a comissão do leiloeiro e custas judiciais, nos termos descritos no item 9.4.

10.2. Poderá incidir ainda sobre o valor do lanço remuneração devida ao leiloeiro com referência a guarda/depósito dos bens, a depender de específica decisão a respeito, proferida na respectiva execução até a abertura do leilão.

10.3. Em qualquer hipótese de impontualidade no pagamento dos valores devidos pelo arrematante, só será aceita purgação da mora enquanto não proferida decisão em sentido contrário, exigindo-se pronto depósito/pagamento acrescido de atualização monetária, encargos e multa prevista no art. 895, § 4º, do CPC e/ou em legislação extravagante e/ou em disposição específica deste Edital ou seus Anexos.

11. CONDIÇÕES DE PARCELAMENTO.

11.1. CONDIÇÕES GERAIS:

11.1.1. O parcelamento da arrematação só será ofertado quando os respectivos exequentes tiverem manifestado tal intenção junto a este Juízo em até 05 (cinco) dias úteis antes do leilão, mediante ofício em que devem esclarecer se assim o fazem para praças específicas ou por tempo indeterminado e, ainda, se existem outras condições para o parcelamento além daquelas previstas neste Edital.

11.1.2. Para os fins do item anterior, não será permitido parcelamento caso a parte

exequente imponha condições que contrariem o presente Edital.

11.1.3. Mesmo se autorizado o parcelamento, será exigido **no prazo de até 03 (três) dias úteis seguintes ao da hasta, mediante guia(s) bancária(s)**: i. o pagamento de sinal/caução de no mínimo 30% (trinta por cento) do valor do lance sobre os bens de qualquer natureza; ii. comissão do leiloeiro (art. 23, § 2.º, Lei n.º 6.830/1980), no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação; iii. custas judiciais, no patamar 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da arrematação, limitadas ao mínimo de R\$ 10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos) e ao máximo de R\$ 1.915,38 (mil novecentos e quinze reais e trinta e oito centavos), i.v.. custas de guarda/depósito de bens indicadas no item 10.2.

11.1.4. A gestão do parcelamento é de responsabilidade da parte exequente.

11.1.5. Ao arrematante cabe observar e satisfazer as condições exigidas pela parte exequente para o parcelamento, desde que adstritas aos termos deste Edital, agindo com zelo e diligência para satisfazê-las, sobretudo em face do que dispõe o item 11.1.7. deste Edital.

11.1.6. O parcelamento estabelece relação jurídica autônoma entre a parte exequente e o arrematante. Assim, seu descumprimento deverá ser solucionado em demanda própria e não nos autos da execução em que teve origem a arrematação.

11.1.7. A parte exequente será especificamente intimada da arrematação mediante parcelamento e terá o prazo previsto pelo art. 903, §2º, do CPC, contado em dobro quando previsto em lei, para informar razão que impeça sua conclusão/consolidação.

11.1.8. Ultrapassado o prazo de que trata o item 11.1.7., expedir-se-á carta de arrematação e será considerada preclusa a possibilidade de desfazimento da arrematação nos próprios autos e o parcelamento não mais poderá ser objeto de retratação/desistência pela parte exequente, observado o que dispõe o art. 903, § 4º, CPC.

11.1.9. Do mesmo modo, ultrapassado o prazo de que trata o item 11.1.7. o valor correspondente ao total objeto de parcelamento será integralmente computado para fins de quitação/abatimento do crédito exequendo e tal imputação não será de qualquer modo condicionada, limitada ou restringida por fatos que digam respeito à relação jurídica estabelecida entre parte exequente e arrematante por ocasião do parcelamento.

11.1.10. Não será admitida a inclusão, no parcelamento, de valores correspondentes a créditos preferenciais executados em outros Juízos, a exemplo dos créditos trabalhistas, cabendo ao arrematante realizar por ocasião da hasta depósito integral referente a esta quantia em conta vinculada ao Juízo responsável pela oferta do bem.

11.1.11. Não será admitida a inclusão, no parcelamento, do valor que superar o total

do crédito em execução, cabendo ao arrematante realizar por ocasião da hasta depósito integral referente a esta quantia ao Juízo responsável pela oferta do bem.

11.1.12. Não será admitida a inclusão, no parcelamento, da comissão do leiloeiro e das custas judiciais, cabendo ao arrematante realizar por ocasião da hasta, depósito integral referente a esta quantia ao Juízo responsável pela oferta do bem.

11.1.13 Não será admitida a inclusão, no parcelamento, o valor relativo à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução que recaia sobre o produto da alienação do bem.

11.2. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE PARCELAMENTO PARA OS PROCESSOS EM QUE É EXEQUENTE A FAZENDA NACIONAL

11.2.1. Observadas e respeitadas as condições gerais acima estabelecidas (item 11.1. e seguintes), para os processos em que é parte exequente a Fazenda Nacional serão também aplicadas adicionalmente as condições previstas no art. 98 da Lei n.º 8.212/1991, com redação alterada pela Lei n.º 9.528/1997, complementadas pela Portaria n.º 79/2014, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e pelo Ofício SEI N. 310304/2022/PFN/SE, oriundo da Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado de Sergipe, cuja íntegra compõe anexo deste edital.

11.2.2. Além de outras versadas pela lei e atos acima enumerados, expõem-se as seguintes condições básicas:

11.2.2.1. O parcelamento observará a quantidade máxima de 60 (sessenta) prestações iguais, mensais e sucessivas, no valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) cada uma.

11.2.2.2. No caso de feitos apensados/reunidos, será considerado o somatório das dívidas exequendas.

11.2.2.3 O arrematante deverá depositar a caução de no mínimo 30% (trinta por cento) do valor do lance sobre os bens (conforme item 11.1.3) e a primeira parcela em até 30 dias após a arrematação, através de Guia de Depósito (DJE) emitida exclusivamente pela Caixa Econômica Federal, com o código da Receita 4396, conforme indicado pela Fazenda Nacional Ofício/expediente indicado no item 11.2.1.

11.2.2.4. Ainda que eventualmente não expedida a carta de arrematação ou mesmo que não concluídas as formalidades administrativas do parcelamento, o arrematante fica obrigado a depositar as parcelas subsequentes pontualmente, fazendo-o diretamente em favor da parte exequente, conforme procedimento definido pela Fazenda Nacional no Ofício/expediente indicado no item 11.2.1.

11.2.2.5. Como já disposto nos itens 11.1.4. e 11.1.5. deste edital, é de inteira responsabilidade do arrematante diligenciar diretamente junto à parte exequente a satisfação de todas as demais condições adicionais reportadas no item 11.2.1., sendo-lhe vedado alegar desconhecê-las para eximir-se de seu cumprimento.

11.2.2.6. Fica vedado o parcelamento da arrematação quando o executado for "MASSA FALIDA", à exceção dos casos em que o bem penhorado for de propriedade de algum corresponsável incluído no polo passivo da execução/cumprimento de sentença.

11.2.2.7. Também não será concedido parcelamento para as execuções fiscais que têm como fundamento a cobrança de débitos devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nos termos do art. 17 da Portaria PGFN nº 79/2014.

11.2.2.8. É vedada a concessão de parcelamento da arrematação no caso de concurso de penhora com credor privilegiado.

11.2.2.9. O disposto no item 11.2 - processos em que é parte a FAZENDA NACIONAL - **não se aplica aos lotes da 2ª Vara Federal de Sergipe.**

12. RECEBIMENTO DOS BENS ARREMATADOS

12.1. Caso não haja oposição de embargos à arrematação ou adjudicação, a expedição da Carta de Arrematação e/ou Mandado de Entrega dos bens arrematados será feita em prazo hábil, desde que comprovado o pagamento do lance ofertado e das custas de arrematação.

12.2. No caso de arrematação objeto de parcelamento, a Carta de Arrematação **conterá cláusulas resolutivas em favor da parte exequente.**

12.3. Em pendendo discussão judicial sem efeito suspensivo capaz de afetar a alienação judicial do bem, poderá ser expedida, a critério do Juízo responsável, Carta de Arrematação **com cláusula resolutiva subordinada ao resultado da respectiva demanda.**

12.4. Salvo autorização judicial expressa e específica a ser proferida em momento próprio, observados conforme o caso os termos do item 15.4.3 deste Edital, o arrematante não se eximirá de realizar o pagamento pontualmente, nos exatos termos definidos quando da arrematação sob o pretexto de eventuais impugnações posteriores ao certame, quer adotem ou não a forma de embargos à arrematação, adjudicação ou ação anulatória. Em tais situações, todavia, fica-lhe facultado requerer o depósito judicial do montante devido, inclusive de eventuais parcelas subsequentes.

12.5. Se por motivo alheio à vontade do licitante a arrematação não se confirmar, o valor pago ser-lhe-á devolvido.

13. IMISSÃO NA POSSE DOS BENS

Observadas as disposições dos itens 4 e 6 deste Edital além de outras específicas eventualmente expressas no respectivo lote, o Juízo responsável pela oferta do bem garantirá ao arrematante a imissão na posse do bem.

14. INTIMAÇÕES, ADVERTÊNCIAS E COMUNICADOS

14.1. Sem prejuízo de intimações realizadas no bojo dos respectivos processos, ficam intimados do presente Edital caso não tenham sido encontrados para a intimação10

pessoal da penhora, reavaliação ou constatação realizada, inclusive das datas do leilão designado, nos termos do artigo 889 do Código de Processo Civil:

14.1.1. O executado, por meio de seu advogado ou, se não tiver procurador constituído nos autos, por carta registrada, mandado, edital ou outro meio idôneo;

14.1.2. O coproprietário de bem indivisível do qual tenha sido penhorada fração ideal;

14.1.3. O titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, quando a penhora recair sobre bem gravado com tais direitos reais;

14.1.4. O proprietário do terreno submetido ao regime de direito de superfície, enfiteuse, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, quando a penhora recair sobre tais direitos reais;

14.1.5. O credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, quando a penhora recair sobre bens com tais gravames, caso não seja o credor, de qualquer modo, parte na execução;

14.1.6. O promitente comprador, quando a penhora recair sobre bem em relação ao qual haja promessa de compra e venda registrada;

14.1.7. O promitente vendedor, quando a penhora recair sobre direito aquisitivo derivado de promessa de compra e venda registrada;

14.1.8. A União, o Estado e o Município, no caso de alienação de bem tombado.

15. DESISTÊNCIA DA ARREMATAÇÃO

15.1. Assinado o auto pelo Juiz, pelo arrematante e pelo Leiloeiro, a arrematação considerar-se-á perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos à execução opostos pelo executado ou ação autônoma, na forma do art. 903 do CPC, salvo exceções previstas em Lei.

15.2. A arrematação poderá, no entanto, ser invalidada quando eivada de vício ou realizada por preço vil, bem como pode ser considerada ineficaz em relação ao credor pignoratício, hipotecário ou anticrético não intimado.

15.3. A arrematação pode ser considerada resolvida/desfeita, se não for pago o preço ou se não for prestada a caução no tempo e modo devidos.

15.4. O arrematante poderá desistir da arrematação, na forma do art. 903, § 5º, do CPC:

15.4.1. Se provar, nos 10 (dez) dias seguintes, a existência de ônus real ou gravame preexistente não mencionado no edital;

15.4.2. Se, antes de expedida a carta de arrematação ou a ordem de entrega, o executado alegar alguma das situações previstas no § 1º do art. 903;

15.4.3. Uma vez citado para responder a ação autônoma de que trata o §4º do art. 903, desde que apresente a desistência no prazo de que dispõe para responder a essa ação.

15.5. Excetuosos os casos de nulidades previstas na legislação, não serão aceitas desistências dos arrematantes ou alegações de desconhecimento das cláusulas deste Edital para se eximirem das obrigações geradas, inclusive aquelas de ordem criminal, na forma do art. 358 do Código Penal ("Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem: Pena - detenção, de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, ou multa, além da pena correspondente à violência").

16. CONSIDERAÇÕES FINAIS

16.1. Cópia(s) deste Edital com seus anexos deve(m) ser encaminhada(s) às Vara(s) da Justiça do Trabalho da 20ª Região, sediadas em Aracaju e com competência para execução, para que até a data do leilão informem ao Juízo Federal responsável pelo lote a existência de eventual crédito privilegiado pendente de satisfação.

16.2. Cabe exclusivamente ao Juízo Federal responsável pelo respectivo lote decidir acerca dos incidentes que digam respeito exclusivamente ao bem ofertado e eventual determinação de retirada/cancelamento do leilão não ensejará qualquer tipo de indenização, ressarcimento, compensação ou reconhecimento de direito de qualquer natureza em favor de eventuais interessados em concorrer à arrematação.

16.3. Pelas siglas CPC e CTN adotadas neste Edital compreendem-se, respectivamente, Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015) e Código Tributário Nacional (Lei 5.172/1966).

16.4. Para que chegue ao conhecimento dos interessados e de possíveis credores, passou-se o presente **EDITAL**, datado eletronicamente conforme rodapé deste documento (Art. 1º, §2º, inc. III, da Lei n. 11.419/2006) que será publicado uma vez no Diário Eletrônico da Justiça Federal SJ/SE, conforme preceitua a Lei n.º 6.830/80 e art. 886 do CPC e afixado no local de costume. **Gilvânia Barboza de Souza**, Técnica Judiciária, e **Liz Moraes Nobre Marques**, Técnica Judiciária, digitamos. **João Bosco Carvalho de Jesus**, Diretor de Secretaria da 1ª Vara Federal, **Sirley Santana de Carvalho**, Diretora de Secretaria da 3ª Vara Federal, **Christian Raul Pereira Aguiar**, Diretor de Secretaria da 4ª Vara Federal, **José Yuri Pinto Ribeiro**, Diretor de Secretaria da 6ª Vara Federal, **Igor de Souza Melo**, Diretor de Secretaria da 8ª Vara Federal, **subscrevemos este, que vai devidamente assinado pelos MM. Juízes Federais.**

TELMA MARIA SANTOS MACHADO

Juíza Federal da 1ª Vara

EDMILSON DA SILVA PIMENTA

Juiz Federal da 3ª Vara

MARCOS ANTONIO GARAPA DE CARVALHO

Juiz Federal - Ato 404/2023 - CR

FÁBIO CORDEIRO DE LIMA
Juiz Federal da 6.^a Vara

JAILSOM LEANDRO DE SOUSA
Juiz Federal da 8.^a Vara

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

ANEXO I

Ofício SEI n.310304.2022 PFN-SE

OFICIO SEI N° 310304/2022 – PFN/SE

Aracaju – SE, 6 de dezembro de 2022.

Ao Ilmo. Sr.
CHRISTIAN RAUL PEREIRA AGUIAR
Diretor de Secretaria
4^a Vara Federal da Seção Judiciária de
SergipePoder Judiciário
Endereço:
Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral
Centro Administrativo Governador Augusto Franco
Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, nº 1.500, Capucho,
Aracaju - SE. CEP 49.801-015.
E-mail: vara4.atendimento@jfse.jus.br

Assunto: Ofício nº 843/2022. Condições do parcelamento da arrematação.

Referência: Processo SEI nº 14841.100164/2022-62.

Sr. Diretor de Secretaria da 4^a Vara Federal de Sergipe,

A Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado de Sergipe, ciente do Ofício nº 843/2022, que noticia a programação do leilão unificado de 2023 da Justiça Federal em Sergipe, vem, respeitosamente, informar as condições do parcelamento do valor da arrematação.

Sobre o assunto, é preciso consignar, de início, que permanece vigente a regulamentação da **Portaria PGFN nº 79/2014**. Em virtude disso, o parcelamento do valor da arrematação deve observar as seguintes condições:

I. Valor e número de parcelas mensais em que será pago

1.1. O valor a ser parcelado está limitado ao montante do saldo devedor da dívida executada. Assim, se o valor do bem arrematado for superior ao da dívida executada, o arrematante deverá efetuar o **depósito à vista da diferença entre o valor da dívida executada e o valor da arrematação**, no ato da arrematação, diferença esta que é devida ao executado.

1.2. A quantia sobejante a ser devolvida ao executado, decorrente da diferença entre o valor do bem arrematado e o valor da dívida, deve ser depositada em conta separada, também aberta na CAIXA, mas na operação 005.

2.1. O valor da arrematação poderá ser dividido em até 60 (sessenta) parcelas mensais, desde que o valor mínimo da prestação não seja inferior a R\$ 500,00.

2.2. Tratando-se o bem arrematado de **veículo**, o prazo máximo do parcelamento será de **04 (quatro) anos**.

3.1. O valor da primeira prestação deverá ser depositado no ato de arrematação e será considerado como pagamento parcial, devendo o saldo ser dividido pelo número de meses restantes.

3.2. Até a expedição da carta de arrematação ou ordem/mandado de entrega, o arrematante deverá continuar depositando, mensalmente, as parcelas que vierem a se vencer, mediante Documento de Depósitos Judiciais e Extrajudiciais (DJE), utilizando o código de receita nº 4396 (**DJE – operação 635 – código 4396**).

3.3. Após a expedição da carta de arrematação ou ordem/mandado de entrega, os valores deverão ser recolhidos por meio de Documentos de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), utilizando o código de receita nº 7739.

II. especificação dos critérios de reajustamento do saldo e das parcelas:

4. O valor de cada parcela, a partir da arrematação, deverá ser acrescido de jurosequivalentes à taxa referencial SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), acumuladamensalmente, calculados a partir da data da arrematação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) referente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

III. Constituição de penhor e hipoteca

5.1. O arrematante deverá providenciar o registro da hipoteca ou da indisponibilidade do bem no respectivo cartório de registro de imóveis ou, no caso de veículos, embarcações e aeronaves, no respectivo órgão de registro.

5.2. Nos leilões de bens móveis, após expedida a carta de arrematação para pagamento parcelado, será constituído penhor do bem arrematado em favor da União, quando for o caso, o qual será registrado na repartição competente mediante requerimento do arrematante.

5.3. Se necessário, o arrematante assumirá a condição de fiel depositário do bem.

IV. Inadimplência

6. O arrematante passa a ser devedor da União pelo valor parcelado e, não sendo paga qualquer das prestações mensais no seu vencimento, o parcelamento será rescindido, ocorrendo o vencimento antecipado do saldo devedor, que será acrescido de 50% a título de multa de mora.

V. Formalização do parcelamento

7.1. Os procedimentos para realização do parcelamento do valor da arrematação, estão disponíveis na página da PGFN (<https://www.gov.br/pgfn/pt-br>). Basta localizar o painel “SERVIÇOS” e entrar em “Parcelamento”:



7.2. Na sequência, basta buscar por “Parcelamento da Arrematação”, opção na qual o arrematante poderá consultar informações sobre a guia de pagamento, o código de receita e o modo como formalizar o parcelamento, utilizando-se do Portal Regularize.

7.3. A formalização do pedido de parcelamento deverá ser realizado pelo próprio arrematante, diretamente no sítio eletrônico da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em – REGULARIZE - www.regularize.pgfn.gov.br.

7.4. Basicamente:

(I) Fará o cadastro no Regularize (<https://www.regularize.pgfn.gov.br/>) e, após, acessará a funcionalidade de serviços. O acesso deve ser com os dados do arrematante:

A imagem é uma captura de tela da página 'Acessar serviços' do portal Regularize. O layout é dividido em duas colunas principais. A coluna da esquerda, intitulada 'Já sou cadastrado', contém campos para 'CPF/CNPJ' e 'Senha', um botão 'CONTINUAR' em azul, um link 'Esqueci minha senha' e uma opção de login com o ícone do Certificado Digital e o texto 'Entrar como gov.br'. A coluna da direita, intitulada 'Quero me cadastrar', contém uma explicação sobre o portal, instruções sobre como acessar os serviços e uma seção de autenticação com um botão amarelo 'CADASTRE-SE'.

(II) Clicará na opção “Parcelar Arrematação”:



(III) Preencherá o formulário eletrônico, juntando os comprovantes dos recolhimentos efetuados, cópia do auto de arrematação e, se já disponível, da carta de arrematação/adjudicação.

(IV) Após o envio eletrônico do formulário, o sistema gerará um nº de protocolo/requerimento que permitirá o acompanhamento da solicitação, através da opção “consultar requerimento”, alertando que as intimações serão feitas por meio da citada opção ou através da caixa de mensagens do Regularize (fica no canto direito superior da tela);

7.5. Em caso de dúvidas, poderá entrar em contato com o atendimento regionalizado da PRFN5, por meio do e-mail atendimento.prfn5regiao@pgfn.gov.br.

7.6. Para fins de melhor controle dos pagamentos, inadimplência, cobrança e prescrição do parcelamento de arrematação, **o ideal é que a carta de arrematação somente seja expedida pelo juízo após o arrematante comprovar o protocolo do pedido de parcelamento na via administrativa.**

VI. Vedações

8. Não pode ser concedido o parcelamento nos seguintes casos:

8.1. Na arrematação de **bens consumíveis**;

8.2. No caso de **concurso de penhora com credor privilegiado**;

8.3. Se a dívida é de **FGTS**.

VII. Legislação

9.1. Portaria PGFN n. 79, de 03 de fevereiro de 2014 - Disciplina o parcelamento do valor correspondente à arrematação de bem em hasta pública nas execuções fiscais promovidas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

9.2. Art. 98, Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991.

Por fim, este órgão fazendário permanece à disposição para quaisquer novos esclarecimentos.

Respeitosamente,

**CESAR RICHA TEIXEIRA ANANIAS
MENEZES**
Procurador-Chefe da Fazenda Nacional em
Sergipe

ANEXO II

RELAÇÃO DO BEM PENHORADO

1.ª Vara Federal

BEM IMÓVEL

LOTE 01
Leilão - 18.07.2023 - lance mínimo: valor da avaliação. Leilão - 25.07.2023 - lance mínimo: 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação.
PROCESSO: 0801978-18.2017.4.05.8500 CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE: UNIÃO FEDERAL EXECUTADO: MANOEL CARDOSO SOUZA FILHO CPF: 149.202.715-49 VALOR DA DÍVIDA EM 07/2022: R\$ 12.037,04 (doze mil, trinta e sete reais e quatro centavos). DEPOSITÁRIO: MANOEL CARDOSO SOUZA FILHO. RECURSO: NÃO HÁ ÔNUS/PENHORA: Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária nº. 2020/000381/ nº ref. BACEN 20201330675, emitida em 05/10/2020, com vencimento em 05/10/2025, com valor de R\$ 163.930,62, por emitente/creditado Ricardo Menezes Souza. SITUAÇÃO DO BEM: A SER CONSTATADA PELO INTERESSADO PARCELAMENTO DA ARREMATAÇÃO: NÃO AUTORIZADO AValiação DO BEM EM 05/2022: R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais). BEM(NS) PENHORADO(S): Terreno denominado CONSOLO, com uma casinha, situado no Povoado Pedras, Município de Capela/SE, medindo cerca de 90 (noventa) tarefas, limitado ao nascente, com terreno de Miguel Ferreira Leite, dividindo-se por cerca a arame; ao sul, com estrada real dos Gombes para a cidade de Capela, a encontrar a estrada de rodagem; ao norte, com terreno de Anselmo Ferreira de Andrade e herdeiros de Manoel Carlos da Silva, por cerca a arame farpado, e ao poente com terreno de Humberto Damião dos Santos. O referido imóvel está

registrado sob a matrícula nº. 1.180, Livro nº 2-M, fl. 93, do Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Capela/SE, e cadastrado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA sob nº. 264016001910, com área total de 28,0 hectares.

ANEXO III

RELAÇÃO DO BEM PENHORADO

3.ª Vara Federal

BEM MÓVEL

LOTE 01
Leilão - 18.07.2023- lance mínimo: valor da avaliação. Leilão - 25.07.2023- lance mínimo: 80% (oitenta por cento) do valor da avaliação.
PROCESSO: 0802935-43.2022.4.05.8500- 3ª Vara Federal de Sergipe CLASSE: REPRESENTAÇÃO CRIMINAL REPRESENTANTE: POLÍCIA FEDERAL DE SERGIPE REPRESENTADO: BRENO SANTOS ARAÚJO CPF: 066.992.335-48 DEPOSITÁRIO: Superintendência Regional da Polícia Federal em Sergipe RECURSO: NÃO HÁ. ÔNUS/PENHORA: NÃO CONSTA SITUAÇÃO DO BEM: A SER CONSTATADA PELO INTERESSADO PARCELAMENTO DA ARREMATACÃO: AUTORIZADO NOS AUTOS AVALIAÇÃO DO BEM: R\$ 7.300,00 (sete mil e trezentos reais). LOCALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS) EM 09/2022: no pátio de veículos da Superintendência Regional da Polícia Federal em Sergipe, sito à Av. Augusto Franco, 2260, Siqueira Campos, Aracaju/SE. BEM(NS) APREENDIDO(S): 01 veículo motocicleta marca Honda, modelo CB 300R, ANO/MODELO 2010, cor amarela, placa IAL-6381, do município de Nossa Senhora do Socorro/SE. INFORMAÇÕES AUTO DE REAVALIAÇÃO em 23/05/2023: SITUAÇÃO ATUAL - em razoável estado de conservação, necessitando reparos o veículo.

ANEXO IV

RELAÇÃO DOS BENS PENHORADOS

4.ª Vara Federal

BENS MÓVEIS

LOTE 01
Leilão - 18.07.2023- lance mínimo: 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação. Leilão - 25.07.2023- lance mínimo: 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação.
PROCESSO: 0803641-02.2017.4.05.8500 CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL CDA: FGSE201700081 EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL EXECUTADO: JOSE ORLANDO XAVIER DE LIMA - ME CNPJ/CPF: 32.810.764/0001-39

DEPOSITÁRIO: JOSÉ ORLANDO XAVIER DE LIMA
RECURSO: NÃO HÁ
ÔNUS/PENHORA: CONSTA
SITUAÇÃO DO BEM: A SER CONSTATADA PELO INTERESSADO
PARCELAMENTO DA ARREMATAÇÃO: NÃO AUTORIZADO
AValiação TOTAL DOS BENS, EM 05/2020: R\$ 17.400,00 (Dezessete mil e quatrocentos reais).
LOCALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS): Rua Siriri, n.º 113, Centro, Aracaju/SE
BEM(NS) PENHORADO(S): 03 (Três) Elevadores Marca TecnoBrás, capacidade de 02 toneladas e meia. Cada elevador está avaliado em 5.800,00 (Cinco mil e oitocentos reais), totalizando R\$ 17.400,00 (Dezessete mil e quatrocentos reais) os três elevadores.

LOTE 02

Leilão - 18.07.2023 - lance mínimo: valor da avaliação.

Leilão - 25.07.2023 - lance mínimo: 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação.

PROCESSO: 0000338-86.2012.4.05.8500
CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL
CDA(s): 51 7 11 000457-00, 51 6 11 003244-40, 51 4 11 000320-02, 51 4 11 000317-07, 51 2 11 000817-69, 51 6 11 003243-69
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADOS: EDEZIO COMERCIO E INTERMEDIACAO DE VEICULOS LTDA E EDELZIO DA MOTA RESENDE
CNPJ/CPF: 32.813.982/0001-27 (EDEZIO COMERCIO E INTERMEDIACAO DE VEICULOS LTDA) E 170.581.555-34 (EDELZIO DA MOTA RESENDE)
DEPOSITÁRIO: EDELZIO DA MOTA RESENDE
RECURSO: HÁ - TRANSITADO EM JULGADO (Embargos à Execução n. 0002915-66.2014.4.05.8500).
ÔNUS/PENHORA: CONSTA
SITUAÇÃO DO BEM: A SER CONSTATADA PELO INTERESSADO
PARCELAMENTO DA ARREMATAÇÃO: NÃO AUTORIZADO.
AValiação TOTAL DO BEM EM 06/2022: R\$ 101.257,00 (cento e um mil, duzentos e cinquenta e sete reais).
LOCALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS): Rua Francisco Rabelo Leite, n. 245, Atalaia, Aracaju/SE.
BEM(NS) PENHORADO(S): Veículo Marca/Modelo I/BMW 320I ACTIVE FLEX, ano fabricação/modelo: 2013/2014, placa QKN5200, chassi WBA3B1101EK093325, cor preta.

BEM IMÓVEL

LOTE 03

Leilão - 18.07.2023- lance mínimo: 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação.

Leilão - 25.07.2023- lance mínimo: 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação.

PROCESSO: 0805174-54.2021.4.05.8500 (extensão da penhora da Execução Fiscal 0004928-97.1998.4.05.8500)
CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL
CDA(s): 51 6 18 007211-90, 51 6 18 007212-71, 51 6 20 007121-01, 51 6 20 007120-12
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: CERAMICA SANTA CRUZ LTDA
CNPJ/CPF: 13.006.887/0001-77
DEPOSITÁRIO: NÃO CONSTA
RECURSO: NÃO HÁ.
ÔNUS/PENHORA: CONSTA
SITUAÇÃO DO BEM: A SER CONSTATADA PELO INTERESSADO

PARCELAMENTO DA ARREMATACÃO: AUTORIZADO, até o valor do débito - R\$ 1.096.632,00 (Um milhão, noventa e seis mil, seiscentos e trinta e dois reais, em 03/2022), a ser atualizado até a data da arrematação, CASO ATENDA AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NOS ITENS 11.1.1 A 11.2.2.9 DESTE EDITAL

AVALIAÇÃO TOTAL DO BEM EM 09/2022: R\$ 4.935.000,00 (Quatro milhões, novecentos e trinta e cinco mil reais)

BEM(NS) PENHORADO(S): Área de terras partindo vértice 1, situado no limite com a Rua A e o Canal Grageru, confrontando neste trecho com o Canal Grageru, no quadrante sudeste, seguindo com a distância de 34,78, chega-se ao vértice 2. (...) (demais confrontações encontram-se descritas na matrícula do imóvel) perfazendo uma área de 8.931,67 m². **Matriculado sob n. 25.104**, Livro 2 do Cartório do 1º Ofício da Circunscrição Imobiliária de Aracaju/SE.

INFORMAÇÕES DO(A) OFICIAL DE JUSTIÇA (EM 09/2022): A localização do bem foi fornecida pela Secretaria de Finanças de Aracaju, ficando este localizado no Bairro Jabotiana, no Conjunto JK, e faz confrontações com a Escola Professor Joaquim Viera Sobral e com a Rua Eulina de Oliveira Souza. O acesso ao imóvel se deu pela Avenida Contorno F. Em diligência, não foi possível determinar os limites exatos do imóvel, bem como se a área ocupada pela pequena construção encontrada pertence realmente à área do bem avaliando.

SITUAÇÃO DO IMÓVEL: A inscrição cadastral do imóvel na Secretaria de Finanças de Aracaju é 29-01-066-0100-00-001, através da qual há a informação de que o imóvel possui 8.931,67 m² de área. Não há informação de área construída (benfeitorias). O terreno apresenta-se com área de matagal extenso e mangue. Pela imagem aérea fornecida pela referida Secretaria, visualiza-se uma pequena edícula. In loco, constatei a existência de uma pequena construção desabitada que estava servindo de local para guarda de materiais. Segundo informações obtidas em estabelecimento comercial situado em frente ao imóvel, a edificação existente pertence ao Sr. Eribaldo, que ali já residiu. Atualmente, uma parte do imóvel é usada para criação de alguns animais, por pessoas que ali se encontravam, porém, que não residem no local.

LOTE 04

Leilão - 18.07.2023 - lance mínimo: 70% (setenta por cento) do valor da avaliação.

Leilão - 25.07.2023 - lance mínimo: 70% (setenta por cento) do valor da avaliação.

PROCESSO: 0802593-76.2015.4.05.8500

CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL

CDA(s): 348/2015

EXEQUENTE: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FNDE

EXECUTADO: AGENCIA DE TECNOLOGIA, PESQUISA E ENSINO DO NORDESTE - ATNE e LINDBERGH GONDIM DE LUCENA

CURADOR À LIDE: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM SERGIPE

CNPJ/CPF: 07.093.505/0001-97 (AGÊNCIA DE TECNOLOGIA, PESQUISA E ENSINO DO NORDESTE - ATNE) E 000.720.918-51 (LINDBERGH GONDIM DE LUCENA)

COPROPRIETÁRIA: SILVIA ROLLEMBERG GARCEZ VIEIRA DE LUCENA (CPF:138.710.805-00)

DEPOSITÁRIA: FERNANDA ROLLEMBERG GARCEZ VIEIRA DE LUCENA BARROS (CPF: 005.659.395-30)

RECURSO: HÁ - TRANSITADO EM JULGADO (Ação anulatória n.º 0804693-67.2016.4.05.8500)

ÔNUS/PENHORA: CONSTA

SITUAÇÃO DO BEM: A SER CONSTATADA PELO INTERESSADO

PARCELAMENTO DA ARREMATACÃO: NÃO AUTORIZADO, NOS TERMOS DO ITEM 11.1.1 (Exequente não manifestou intenção de parcelamento).

AValiação TOTAL DOS BENS EM 10/2021: R\$ 850.000,00 (Oitocentos e cinquenta mil reais)

BEM(NS) PENHORADO(S): Apartamento residencial sob o n.º 801, encravado no 10º pavimento do Edifício ILE DE LA CITÉ, componente do condomínio "VILLE DE PARIS", situado na **Avenida Beira Mar, 3538, bairro Grageru**, desta capital, composto de sala de estar e jantar, duas suítes, duas meias suítes, circulação, varanda, lavabo, bar, cozinha, dispensa, quarto de empregada com sanitário e área de serviço, perfazendo uma área total de 293,75m², sendo 179,08m² de área privativa e 114,67m² de área comum. O condomínio Ville de Paris, encontra-se edificado numa área de terreno acrescido de marinha. **Matriculado sob o n.º 29.074**, ficha 01, livro n. 2 - 2ª Circunscrição Imobiliária de Aracaju/SE.

LOTE 05

Leilão - 18.07.2023- lance mínimo: 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação.

Leilão - 25.07.2023- lance mínimo: 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação.

PROCESSO: 0806312-61.2018.4.05.8500.

CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL

CDA(s): FGSE201800222, FGSE201300378, FGSE201300379, FGSE201600447, 12.989.421-4, 44.375.080-7, 36.615.016-2, 51699003806-68, 51299001713-93, 51299001712-02, 51699003804-04, 51699003805-87.

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: MANOEL MESSIAS FILHO - ME E MANOEL MESSIAS FILHO

CNPJ/CPF: 32.808.222/0001-21 (MANOEL MESSIAS FILHO - ME) E 060.422.445-15 (MANOEL MESSIAS FILHO)

DEPOSITÁRIO: MANOEL MESSIAS FILHO

RECURSO: HÁ - TRANSITADO EM JULGADO (Embargos à Execução n.º 0801841-94.2021.4.05.8500).

ÔNUS/PENHORA: CONSTA

SITUAÇÃO DO BEM: A SER CONSTATADA PELO INTERESSADO

PARCELAMENTO DA ARREMAÇÃO: NÃO AUTORIZADO, NOS TERMOS DO ITEM 11.2.2.7. DESTE EDITAL (DÍVIDA DE FGTS).

AValiação TOTAL DOS BENS EM 06/2022: R\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil reais).

BEM(NS) PENHORADO(S): Imóvel edificado em terreno acrescido de marinha, situado na Rua São Luiz, nº 100, Bairro Industrial, Aracaju/SE. **Matriculado sob o número 07738**, no Cartório do 11º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Aracaju/SE.

INFORMAÇÕES DO(A) OFICIAL DE JUSTIÇA: EM 06/2022 - A edificação existente é composta de dois pavimentos: O pavimento térreo possui finalidade comercial, o superior finalidade residencial, ocupada em ambas as situações pelo executado. A comercial tem como finalidade restauração de autos. EM 03/2020 - Na parte superior existem três quartos, sala cozinha. Na parte térreo é composta de um galpão, onde o executado exerce suas atividades de reparação de autos. O imóvel encontra-se em ótimo estado de uso e conservação.

LOTE 06

Leilão - 18.07.2023 - lance mínimo: 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação.

Leilão - 25.07.2023- lance mínimo: 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação.

PROCESSO: 0806409-90.2020.4.05.8500

CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL

CDA(s): FGSE201900149 e FGSE202000024

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: SANTA MONICA INDUSTRIA TEXTIL E COMERCIO LTDA

CNPJ/CPF: 11.958.084/0001-97
PROPRIETÁRIOS: Ricardo Leite Franco (CPF nº 408.185.194-87) e Mônica Gurgel Franco (CPF nº 461.857.474-72).
DEPOSITÁRIO: NÃO HÁ
RECURSO: HÁ - EM TRÂMITE, SEM A CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO (Embargos de Terceiro Cível n. 0802855-45.2023.4.05.8500. HÁ - TRANSITADO EM JULGADO (Agravado de instrumento n. 0808531-31.2021.4.05.0000).
ÔNUS/PENHORA: CONSTA
SITUAÇÃO DO BEM: A SER CONSTATADA PELO INTERESSADO
PARCELAMENTO DA ARREMATACÃO: NÃO AUTORIZADO, NOS TERMOS DO ITEM 11.2.2.7 (DÍVIDA DE FGTS).
AValiação TOTAL DOS BENS EM 09/2022: R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).
BEM(NS) PENHORADO(S): Apartamento n. 203, Bloco 08, Residencial Senador Júlio Leite, situado na Rua São José, s/n, bairro Santa Cruz, Estância/SE, com área privativa total de 44,00 m², área comum de 6,18 m² e área total real de 50,18 m². Registrado sob matrícula n. 16.213, Livro 02, 2º Ofício da Comarca de Estância/SE.

LOTE 07
Leilão - 18.07.2023 - lance mínimo: 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação.
Leilão - 25.07.2023 - lance mínimo: 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação.
<p>PROCESSO: 0806409-90.2020.4.05.8500 CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL CDA(s): FGSE201900149 e FGSE202000024 EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL EXECUTADO: SANTA MONICA INDUSTRIA TEXTIL E COMERCIO LTDA CNPJ/CPF: 11.958.084/0001-97 PROPRIETÁRIOS: Ricardo Leite Franco (CPF nº 408.185.194-87), Mônica Gurgel Franco (CPF nº 461.857.474-72) e Casanova Habitação e Construção Ltda (CNPJ n. 04.572.989/0001-69). DEPOSITÁRIO: NÃO HÁ RECURSO: HÁ - EM TRÂMITE, SEM A CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO (Embargos de Terceiro Cível n. 0802855-45.2023.4.05.8500. HÁ - TRANSITADO EM JULGADO (Agravado de instrumento n. 0808531-31.2021.4.05.0000). ÔNUS/PENHORA: CONSTA SITUAÇÃO DO BEM: A SER CONSTATADA PELO INTERESSADO PARCELAMENTO DA ARREMATACÃO: NÃO AUTORIZADO, NOS TERMOS DO ITEM 11.2.2.7 (DÍVIDA DE FGTS). AValiação TOTAL DOS BENS EM 09/2022: R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais). BEM(NS) PENHORADO(S): Apartamento n. 204, Bloco 05, Residencial Senador Júlio Leite, situado na Rua São José, s/n, bairro Santa Cruz, Estância/SE, com área privativa total de 44,00 m², área comum de 6,18 m² e área total real de 50,18 m², com direito a 01 (uma) vaga de estacionamento descoberta situada no pavimento térreo com área real privativa de 10,35m², área real comum 1,60m², área total de 11,95m². Registrado sob matrícula n. 17.320, Livro 02, 2º Ofício da Comarca de Estância/SE.</p>

ANEXO V

RELAÇÃO DE BENS PENHORADOS

6.ª Vara Federal

BEM MÓVEL

LOTE 01

Leilão - 18.07.2023 - lance mínimo: valor da avaliação.

Leilão - 25.07.2023 - lance mínimo: 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação.

PROCESSO: 0800619-88.2021.4.05.8501

CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXEQUENTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

EXECUTADO: ROMILSON GABRIEL PESSOA OLIVEIRA

CNPJ/CPF: 694.077.545-53

DEPOSITÁRIO: O MESMO EXECUTADO

RECURSO: NÃO HÁ.

ÔNUS/PENHORA: NÃO CONSTA

SITUAÇÃO DO BEM: A SER CONSTATADA PELO INTERESSADO

PARCELAMENTO DA ARREMATACÃO: NÃO AUTORIZADO.

AVALIAÇÃO TOTAL DOS BENS, EM 06/2023: R\$ 232.000,00 (duzentos e trinta e dois mil reais).

LOCALIZAÇÃO DOS BENS: Avenida Lourival Batista, n. 237, bairro Centro, Nossa Senhora da Glória/SE, CEP: 49680-000 ou **(VIA NORTE)** Rua Santa Cecília, n. 89, Centro, Nossa Senhora da Glória/ SE, CEP: 49680-000.

BENS PENHORADOS: 05 veículos abaixo discriminados.

a) Um veículo Saveiro CS, 2015/2016, Branco, Renavan 1053440127 - Valor R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais);

b) Um veículo Gol City, 2015/2015, Branco, Renavan 01053055766 - Valor R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais);

c) Um veículo Siena, EL, 2015/2015, Branco, Renavan 01052504164 - Valor R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

d) Um veículo M. Benz, Sprinter, 2013/2014, Branco, Renavan 005970 - Valor R\$ 90.000,00 (noventa mil reais);

e) Um veículo Siena Essence, 2015/2015, Branco, Renavan 01052498113-Valor R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

LOTE 02

Leilão - 18.07.2023 - lance mínimo: valor da avaliação.

Leilão - 25.07.2023 - lance mínimo: 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação.

PROCESSO: 0800455-02.2016.4.05.8501

CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL

CDA: 30214031200

EXEQUENTE: AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO E GÁS (ANP)

EXECUTADO: AUTO POSTO SÃO FRANCISCO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 13.133.095/0001-63

DEPOSITÁRIO: FRANCISCO CARLOS DE JESUS

RECURSO: NÃO HÁ.

ÔNUS/PENHORA: NÃO CONSTA

SITUAÇÃO DO BEM: A SER CONSTATADA PELO INTERESSADO

PARCELAMENTO DA ARREMATACÃO: NÃO AUTORIZADO.

AVALIAÇÃO TOTAL DOS BENS, EM 05/2023: R\$ 6.607,64 (seis mil, seiscentos e sete reais e sessenta e quatro centavos).

LOCALIZAÇÃO DOS BENS: Av. Antonio Manoel dos Santos, n. 699, Itabaiana/SE.

BEM(NS) PENHORADO(S): 1.261 litros de gasolina comum, cotado a R\$ 5,24 (cinco reais e vinte e quatro centavos o litro).

LOTE 03

Leilão - 18.07.2023 - lance mínimo: valor da avaliação.

Leilão - 25.07.2023 - lance mínimo: 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação.

PROCESSO: 0800027-20.2016.4.05.8501
CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL
CDA(s): FGSE201500160, FGSE201500018, FGSE201500017 e CSSE201500019
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: INDUSTRIAS REUNIDAS FONTES LTDA ME
CNPJ/CPF: 01.493.399/0001-52
DEPOSITÁRIO: JOSÉ JOEL FONTES
RECURSO: NÃO HÁ
ÔNUS/PENHORA: NÃO CONSTA
SITUAÇÃO DO BEM: POSSUI FOTOS NOS AUTOS.
PARCELAMENTO DA ARREMATACÃO: NAO AUTORIZADO.
AVALIAÇÃO TOTAL DOS BENS, EM 04/2023: R\$ 121.200,00 (cento e vinte e um mil e duzentos reais).
LOCALIZAÇÃO DOS BENS: Rua Antonio José da Costa, n. 1826, bairro Campo, Itabaiana/SE - CEP 49.500-000.
BENS PENHORADOS:
a) Um Monitor LF Flatron W1642C – R\$ 300,00 (trezentos reais);
b) Uma máquina rotuladora Maqmundi, RL 3000 – R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);
c) Quatro máquinas sopradoras, sendo 01 delas Marca Pugliese, as demais sem identificação – R\$ 40.000,00 (R\$ 10.000,00 cada uma);
d) Uma máquina extrusora Pavan Zanetti – R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
e) Um Notebook CCE M300S, com defeito – R\$ 200,00 (duzentos reais);
f) CPU com processador Intel – R\$ 500,00 (quinhentos reais);
g) Impressora HP Officejet Pro 8600, com defeito – R\$ 200,00 (duzentos reais);
h) Cinco dornas de madeira para preparação e armazenamento de vinagre, precisando reparos – R\$ 40.000,00 (R\$ 8.000,00 cada).
DESCRIÇÃO: As máquinas sopradoras (item c) e a máquina extrusora (item d) não estão em funcionamento, sendo necessário realizar manutenção para fazer funcionar.

LOTE 04

Leilão - 18.07.2023 - lance mínimo: valor da avaliação.

Leilão - 25.07.2023 - lance mínimo: 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação.

PROCESSO: 0800157-77.2015.4.05.8501
CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL
CDA(s): 14.106062.2015 e 14.106060.2015
EXEQUENTE: DEPARTAMENTO NAC. DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM
EXECUTADO: CERAMICA MARIA LUIZA LTDA
CNPJ/CPF : 03.941.460/0001-02
DEPOSITÁRIO: Alexandre de Lima Rodrigues
RECURSO: NÃO HÁ
ÔNUS/PENHORA: NÃO
SITUAÇÃO DO BEM: POSSUI FOTOS NOS AUTOS
PARCELAMENTO DA ARREMATACÃO: NÃO AUTORIZADO.
AVALIAÇÃO TOTAL DOS BENS, EM 04/2023: R\$ 500.600,00 (quinhentos mil e seiscentos reais).
LOCALIZAÇÃO DO BEM: Povoado Rio das Pedras, sede da Cerâmica, Itabaiana/SE.
BENS PENHORADOS:
a) Uma Impressora HP Laserjet P2035 – R\$ 600,00 (seiscentos reais)
b) Uma Maromba a Vácuo Monobloco Bonfanti MVMB 500-P – R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).
DESCRIÇÃO: Ambos em pleno funcionamento. Possui fotos nos autos.
OBSERVAÇÃO: A bomba não inclui o motor elétrico nem a bomba de vácuo motorizada.

BENS IMÓVEIS

LOTE 05

Leilão - 18.07.2023 - lance mínimo: valor da avaliação.

Leilão - 25.07.2023 - lance mínimo: 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação.

PROCESSOS: 0800172-37.2020.4.05.8501 e 0800127-33.2020.4.05.8501

CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

CDA(s): Acórdão: 2343/2019 (TCU 2ª CÂMARA, TC-009.898/2018-2 e CBEX: 002.595/2020-6)

EXEQUENTE: UNIÃO FEDERAL

EXECUTADO: JEANE DE JESUS BARRETO

CNPJ/CPF: 588.198.515-04

DEPOSITÁRIO: NÃO CONSTA

RECURSO: HÁ - TRANSITADO EM JULGADO (Embargos 0800699-55.2021.4.05.8500).

ÔNUS/PENHORA: NÃO CONSTA.

SITUAÇÃO DO BEM: A SER CONSTATADA PELO INTERESSADO

PARCELAMENTO DA ARREMATACÃO: NÃO AUTORIZADO.

AVALIAÇÃO TOTAL DO BEM, EM 05/2023: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

BEM PENHORADO: Apartamento 304, Bloco "E", localizado no Condomínio Vale do Cotinguiba, Conjunto Governador Augusto Franco, Bairro Farolândia, nesta capital. O apartamento possui área privativa de 65,58m², com Sala, 03 quartos, Cozinha e WC e respectiva fração ideal do terreno equivalente a 16,21m². Com área útil de 59,66m², área comum de 20,79m². Registrado sob matrícula nº 19.914, do Cartório de Imóveis do 5º Ofício - 2ª Circunscrição Imobiliária de Aracaju/SE.

LOTE 06

Leilão - 18.07.2023 - lance mínimo: valor da avaliação.

Leilão - 25.07.2023 - lance mínimo: 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação.

PROCESSO: 0803158-32.2018.4.05.8501

CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL

CDA: FGSE201800187

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL

EXECUTADOS: OSVALDO ANDRADE MACHADO ME

CNPJ/CPF: 03.186.987/0001-79

DEPOSITÁRIO: OSVALDO ANDRADE MACHADO

RECURSO: NÃO HÁ

ÔNUS/PENHORA: SIM - HIPOTECADO AO BNB

SITUAÇÃO DO BEM: POSSUI FOTOS NOS AUTOS

PARCELAMENTO DA ARREMATACÃO: NÃO AUTORIZADO

AVALIAÇÃO TOTAL DO BEM, EM 05/2023: R\$ 385.000,00 (trezentos e oitenta e cinco mil reais).

BEM(NS) PENHORADO(S): Um Imóvel medindo 29m de largura x 25 de comprimento, compreendendo as matrículas 14.634 e 18.019, no Cartório do 1º Ofício da Comarca de Itabaiana. São duas áreas contíguas localizadas na Rua Maria Luzia do Nascimento, 526 e 530, Bairro: Oviedo Teixeira, Itabaiana-SE.

DESCRIÇÃO: O imóvel possui característica mista, da esquerda para a direita: Um terreno de 6m largura x 25m de comprimento; Um galpão comercial de 12 metros de frente x 25m de comprimento; Um segundo galpão de 5m de frente x 25 m de comprimento acrescido de uma área de 6 metros de largura por 10 de comprimento, a qual se situa atrás de uma residência; uma residência com 6m de largura x 15 de comprimento. Os galpões possuem demanda de reparos e conservação. A residência

está em melhores condições, com acabamento e revestimento.

ANEXO VI

RELAÇÃO DO BEM PENHORADO

8.ª Vara Federal

BEM MÓVEL

LOTE 01

Leilão - 18.07.2023 - lance mínimo: valor da avaliação.

Leilão - 25.07.2023 - lance mínimo: 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação.

PROCESSO: 0800362-57.2021.4.05.8503

CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXEQUENTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

EXECUTADA: JOSEDETE VIEIRA DOS SANTOS

CNPJ/CPF: 557.494.105-87

DEPOSITÁRIO: NÃO HÁ.

VALOR DA DÍVIDA ATUALIZADO ATÉ 09/2021: R\$ 35.535,31 (trinta e cinco mil e quinhentos e trinta e cinco reais e trinta e um centavos).

RECURSO: NÃO HÁ.

ÔNUS/PENHORA: CONSTA PENHORA

SITUAÇÃO DO BEM: A SER CONSTATADA PELO INTERESSADO

PARCELAMENTO DA ARREMATAÇÃO: NÃO AUTORIZADO.

AValiação TOTAL DO BEM EM 07/2022: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)

LOCALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS): ESTRADA DO GRUPO, 156, POVOADO BRASÍLIA, LAGARTO/SE.

BEM(NS) PENHORADO(S): VEÍCULO VW/FOX 1.0 G II, ano 2012/2013, placa NVM3A17, Chassi 9BWAA05Z9D4054507, cor vermelha, em bom estado geral de conservação.